


ARTIGO

TESTEMUNHO DE UM “HOMEM AFRICANO”. REFLEXÕES SOBRE UM RELATO ANÔNIMO DA BATALHA DE ALCÁCER QUIBIR¹

Contato
Universidade de São Paulo
Departamento de História – FFLCH/USP
Av. Prof. Lineu Prestes, 338
05508-900 – São Paulo – São Paulo – Brasil
romanorodrigues@hotmail.com

 Bruno Romano Rodrigues²

Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brasil

Resumo

Este artigo analisa um relato anônimo sobre a batalha de Alcácer Quibir (1578), intitulado *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano*, o qual abrange o período entre 1578 e 1595. À luz do contexto político da União Ibérica (1580-1640), quando Portugal integrava a monarquia hispânica, conclui-se que a obra foi escrita com o objetivo de legitimar Filipe II como herdeiro da coroa lusitana após a morte de D. Henrique. Para tanto, o autor desconhecido elaborou interpretações desabonadoras de D. Antônio, principal opositor do rei castelhano, bem como de D. Sebastião, tido como responsável pela derrota portuguesa no Marrocos.

Palavras-chave

Alcácer Quibir – Portugal – *Jornada de África* – D. Sebastião – Sebastianismo.

¹ Artigo não publicado em plataforma preprint. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas. Este artigo é decorrente das discussões realizadas na disciplina intitulada “Poderes e representações do Antigo Regime Ibérico: da monarquia compósita ao messianismo político (séc. XVI-XVII)”, ministrada pela Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani, no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, no ano de 2012. À professora Ana Paula, agradeço pela orientação no mestrado e por ter me apresentado a fonte analisada neste artigo.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Investiga assuntos relacionados ao sebastianismo durante a União Ibérica (1580-1640).




ARTICLE

TESTIMONY OF AN “AFRICAN MAN”. REFLECTIONS ON AN ANONYMOUS REPORT OF THE BATTLE OF ALCÁCER QUIBIR

Contact

Universidade de São Paulo
Departamento de História – FFLCH/USP
Av. Prof. Lineu Prestes, 338
05508-900 – São Paulo – São Paulo – Brazil
romanorodrigues@hotmail.com

 Bruno Romano Rodrigues

Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brazil

Abstract

This article analyzes an anonymous report of the battle of Alcácer Quibir (1578), entitled *Jornada de África del Rey D. Sebastião written by an African man*, which covers the period between 1578 and 1595. In the light of the political context of the Iberian Union (1580-1640), when Portugal was part of the Hispanic monarchy, it was concluded that the work was written to legitimize Philip II as heir of the Portuguese crown, after the death of D. Henrique. Therefore, the unknown author elaborated pejorative interpretations of D. Antonio, the main opponent of the Castilian king, and of D. Sebastião, considered responsible for the Portuguese defeat in Morocco.

Keywords

Alcácer Quibir – Portugal – *Jornada de África* – D. Sebastião – Sebastianism.

Além de longo, o debate intelectual envolvendo os significados da batalha de Alcácer Quibir (1578) para Portugal e o mundo ibérico é também multifacetado, reunindo sob esta temática um amplo conjunto de olhares, perspectivas e interpretações, não sendo nosso objetivo aqui elencá-las, compará-las ou analisá-las em profundidade. Dentre os relatos produzidos com a intenção de narrar o conflito no qual D. Sebastião, o monarca lusitano, morreu, escolhemos um sem data de produção e autoria definidas, intitulado *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano*³.

Neste artigo não objetivamos desvendar nem a data precisa em que o documento foi redigido – mas apenas estabelecer balizas temporais inferidas a partir do cruzamento de informações internas e externas ao texto – nem o seu possível autor⁴, o que seria inviável com as informações contidas na fonte ou mesmo comparando-a com outras de mesmo teor; menos ainda realizar uma análise militar de como o relato da referida batalha retratou os fatores que explicariam a derrota lusitana no Marrocos; ou mesmo estabelecer paralelos históricos entre os inúmeros relatos coevos sobre Alcácer Quibir.

Menos do que a busca pela suposta verdade dos eventos (e personagens) históricos narrados de modo anônimo, este artigo investigará como as intencionalidades subjacentes à *Jornada de África*, como doravante será chamada, buscaram construir uma memória favorável aos anseios políticos do partido castelhano personificado, naquele contexto social, pelo rei Filipe II de Espanha. Neste sentido, propomos que a fonte em questão construiu uma memória pró filipina da batalha de Alcácer Quibir, narrando-a com o propósito de exercer influência na disputa sucessória pelo trono português.

Em outras palavras, entendemos que a fonte a ser analisada se insere no universo da “propaganda política” (BOUZA ÁLVAREZ, 1998) criada pelos círculos letrados ibéricos em favor de Filipe II, reforçando assim o conjunto de estratégias sim-

³ Título completo: *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano. Monumento verídico das cousas que passaram em África quando El Rey Dom Sebastião de Portugal a ela veio. Escrito por um homem Africano deseioso de se não perder a fama dos acontecimentos que nesta batalha se obraram pelos nobres Capitães, Fidalgos e Almolcades*. Anexo ao título original constam os seguintes dizeres: “Cópia fiel de um antigo Manuscrito aparecido no Algarve na Biblioteca de Damião António de Lemos Faria e Castro, natural de Vila Nova de Portimão”. Publicada na forma de livro em 2004, a edição contemporânea do documento conta com um prólogo de Júlio da Conceição Pedro.

⁴ Júlio da Conceição, autor do prólogo da edição contemporânea do documento, imputou a autoria da obra a um homem africano, em sintonia com o título do manuscrito, o qual seria um grande conhecedor da arte militar, fato demonstrado, segundo ele, em suas minuciosas análises e descrições dos movimentos das tropas cristãs e muçulmanas em campo de batalha.

bólicas⁵ utilizadas pelo rei espanhol com o objetivo de legitimar seu papel político nos diferentes contextos sociais em que exercia ou pretendia exercer a função real⁶.

Embora devidamente referenciada pela historiografia portuguesa (DIAS, 1998, cap. 13), a *Jornada de África* até agora permanece uma fonte pouco estudada, não tendo sido analisada em seu contexto histórico de produção e circulação sociais, isto é, a partir das redes de disseminação de documentos manuscritos⁷ durante a modernidade ibérica (BOUZA ÁLVAREZ, 2001, 2018).

Tendo em vista tal lacuna, este artigo analisará a referida fonte tomando como referência a sua versão impressa⁸, e não o manuscrito que deu origem à sua publicação, o qual se encontra depositado na Biblioteca da Academia das Ciências, em Lisboa. Para tanto, analisaremos o documento tendo como eixo problematizador a estruturação dos argumentos pró-filipinos mobilizados pelo autor anônimo. Longe de esgotar as inúmeras perspectivas analíticas, buscamos com isso abrir novas possibilidades de estudos sobre as relações entre texto e contexto, assim como contribuir com subsídios que auxiliem em futuras análises responsáveis pelo cruzamento da *Jornada de África* com outros relatos coevos a respeito da batalha de Alcácer Quibir.

Ao adotarmos um distanciamento crítico do documento, questionando sua suposta neutralidade⁹ expressa pelas observações de um hipotético homem africano, nossa análise visa contribuir com os estudos sobre a construção da memória da batalha de Alcácer-Quibir (VALENSI, 1994), em particular com a compreensão dos fatores que estruturaram narrativas político-ideológicas voltadas a intervir na realidade política lusitana após 1578, marcada por intensas disputas que levaram Portugal a se integrar à monarquia hispânica comandada por Filipe II.

Ao afirmar a morte de D. Sebastião em campo de batalha, não deixando margem para dúvida, bem como o fracasso de D. Antonio enquanto pretendente ao trono, o autor anônimo visava de uma só vez se opor e deslegitimar tanto o sebastianismo, movimento político-teológico que acreditava no retorno triunfal do rei

⁵ Tais como imagens, gravuras, quadros, estátuas, livros impressos, manuscritos, edifícios, selos, emblemas, moedas, documentos antigos, arquiteturas efêmeras etc.

⁶ Para uma análise aprofundada sobre o processo de legitimação de Felipe II em Portugal, consultar a obra de Pedro Cardim (2014) e a organizada por Ângela Xavier, Federido Palomo e Roberta Stumpf (2018).

⁷ Segundo Isabel Buescu, durante a modernidade portuguesa "a circulação manuscrita da cultura mantém [...] um espaço importante e por vezes poderosas na difusão da cultura escrita apesar do aparecimento da imprensa" (2000, p. 41).

⁸ A realização de uma rigorosa crítica textual da *Jornada de África* poderia verificar eventuais erros de transcrição na edição impressa em comparação com o manuscrito original.

⁹ Parte-se aqui do pressuposto de que não há fonte histórica neutra, visto que todo e qualquer vestígio ou registro do passado carrega intencionalidades relacionadas ao seu contexto de produção e circulação social (LE GOFF, 2013, p. 485-499).

a Portugal após Alcácer Quibir (HERMANN, 1998, 2015; LIMA, 2010), quanto ao partido antonista representado pela corte itinerante do *Prior do Crato*, forças políticas caracterizadas por Jean-Frédéric Schaub como “portadoras de fermentos da discórdia” (2001, p. 55) no âmbito da monarquia dual que vigorou na Península Ibérica entre 1580 e 1640.

Em linhas gerais, problematizaremos a narrativa construída pela *Jornada de África* com o intuito de legitimar posições políticas favoráveis aos interesses dinásticos da monarquia espanhola, manejando para isso a representação¹⁰ do acontecimento que se tornou um marco histórico no Portugal moderno, o qual deu origem a um cenário marcado por conflitos entre distintos projetos políticos que passaram a disputar o poder após 1578.

Assim, investigaremos a memória de Alcácer Quibir criada pelo autor anônimo a partir da sua capacidade de interpretar fatos e personagens do passado de acordo com as demandas do tempo presente, mecanismo chamado por Joel Candau de “metamemória”¹¹ (2019, p. 21-23). No caso da *Jornada de África*, tal prática resultou na confecção de uma memória reivindicada para fins político-ideológicos num contexto histórico marcado por tensões entre os grupos sociais que disputaram o controle do Estado em Portugal após a morte de D. Sebastião (VELLOSO, 1945), isto é, durante o curto reinado de seu tio avô, o cardeal D. Henrique (VELLOSO, 1946).

Nesta perspectiva, sustentamos que o autor anônimo construiu uma narrativa baseada não apenas nas observações pessoais de alguém que supostamente foi testemunha ocular dos acontecimentos descritos no documento, o que não poderia ser comprovado, mas, sobretudo, em representações que apontavam e legitimavam

¹⁰ Tomamos aqui o conceito de representação a partir da seguinte definição fornecida por Carlo Ginzburg: “[...] Por um lado, a ‘representação’ faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (2001, p. 85).

¹¹ Além da *metamemória*, o antropólogo Joel Candau identificou outros dois níveis de memória. Ligado ao *habitus* e à *mimeses*, saberes adquiridos pela prática e repetição, o primeiro deles é a *protomemória*, caracterizada como uma memória “imperceptível”, que geralmente se expressa pelo corpo e pelo gestual humanos e acontece desacompanhada de uma tomada de consciência por parte do indivíduo que a assimila. Já o segundo nível se expressa, sobretudo, através da “recordação” e do “reconhecimento”, aquilo que consensualmente se entende como uma “evocação” de lembranças autobiográficas ou de conhecimentos inscritos em uma memória enciclopédica, tais como crenças, sensações, sentimentos etc. Apesar de Candau frisar que a memória é um atributo individual, e que por isso seria inviável pressupor a mobilização homogênea e sincrônica desta faculdade por todos os membros de uma dada sociedade, a *metamemória*, ao contrário das outras duas modalidades, conseguiria extrapolar a esfera individual para adquirir significados coletivos, se expressando como uma mensagem “que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”, ou ainda como um “compartilhamento hipotético de lembranças” (CANDAU, 2019, p. 24-25).

escolhas políticas a serem seguidas pelo reino português no tempo presente posterior a 1578.

Do ponto de vista de sua estrutura textual, a *Jornada de África* se divide em doze capítulos que abordam temas relativos à história portuguesa entre 1578 e 1595. Ao longo do relato, muito raramente o autor citou o ano exato dos fatos descritos e analisados, muito embora se possa notar uma narrativa organizada cronologicamente. Do ponto de vista de sua circulação social, a referida obra, em forma de manuscrito, teria sido incorporada à coleção particular de Damião Antonio de Lemos Faria e Castro (1715-1789), aristocrata lusitano natural de Vila Nova de Portimão, cavaleiro da Ordem de Cristo e colaborador do Tribunal do Santo Ofício, além de autor de livros voltados a assuntos históricos.

Não se sabe ao certo quando, com qual finalidade e em que contexto o frei Vicente Salgado, contemporâneo de Faria e Castro, dono da referida obra, realizou a cópia manuscrita que atualmente se encontra depositada no fundo documental da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, intitulado "série vermelha de manuscritos (nº 248)"¹². Foi a partir desta cópia manuscrita que se organizou a edição contemporânea da *Jornada de África*, publicada pela editora portuguesa Livro Aberto no ano de 2004. Uma das possibilidades é que seu conteúdo tenha sido copiado para integrar as *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarves*, escrita pelo frei Salgado, embora os motivos que o levaram a realizar tal cópia nunca tenham sido inteiramente esclarecidos ou desvendados pelos estudiosos do tema.

Ao longo do manuscrito transformado, no século XX, em publicação editorial, a única menção indireta a uma possível data ou período de produção do documento pode ser encontrada ao término do décimo capítulo, quando o autor fez alusão ao "Príncipe D. Felipe, que hoje com grande contentamento de seus vassallos reina e rogamos a Deus seja por muitos anos" (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 75). Poucas linhas antes desta citação, o suposto homem africano que testemunhou a morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir fez referência à morte de D. Diogo. Levando-se em consideração os elementos extra textuais, isto é, o contexto dinástico ibérico de fins do século XVI, é possível concluir que o príncipe castelhano citado pelo autor anônimo era o filho do rei Filipe II, falecido aos sete anos de idade, em 1582, vitimado pela varíola, e que durante sua curta vida foi considerado o herdeiro natural do trono espanhol.

¹² Neste catálogo, publicado em 1978, consta o seguinte subtítulo: "Cópia fiel de hum antigo manuscrito, aparecido no Algarve, na biblioteca de Damião de Lemos Faria e Castro, natural de Villa Nova de Portimão". Em seguida, constam as seguintes informações sobre a materialidade documento: volume medindo 200 X 145 mm, encadernação em papel de fantasia, lombada em carneira, com 4 nervos, 1 fl. de guarda, 2 fls. em branco, 113 fls. inums., 2 fls. em branco e 1 fl. de guarda.

Nesta parte da *Jornada de África*, chama a atenção o fato de o autor anônimo não esclarecer a qual “D. Filipe” da dinastia habsburgo se referia, tendo em vista os quatro reis com este nome que governaram a Espanha entre 1554 e 1665, e Portugal entre 1580 e 1640, no período da chamada União Ibérica. A partir do cotejamento entre texto e contexto se infere que o rei que “hoje reina” mencionado no documento se trata, na verdade, de Filipe III, o qual herdou o poder em virtude da morte precoce do irmão, o referido príncipe D. Diogo, em 1582, e do falecimento de seu pai, Filipe II, em 1598. Tendo em vista o cruzamento de informações internas e externas à fonte, aventamos a possibilidade de a *Jornada de África* ter sido escrita durante o reinado do rei *piadoso*, que governou a Espanha e Portugal entre 1598 e 1621.

Alcácer Quibir: a batalha que virou memória

Nascido em Lisboa a 20 de janeiro de 1554, D. Sebastião ganhou o epíteto de *O Desejado* por representar a esperança portuguesa de manter um rei natural, tendo em vista que, em diferentes datas e circunstâncias, seu pai e todos os seus tios haviam morrido antes de seu nascimento. Sua mãe, D. Joana de Áustria, retornou à Espanha – onde nascera – a mando de seu pai, Carlos V, logo após o parto, deixando o menino aos cuidados dos sogros. Com a morte do monarca D. João III, em 1557, o varão herdou a coroa lusitana contando apenas três anos de idade. Em virtude da menoridade, sua avó, a viúva D. Catarina, vista por parte da corte como representante dos interesses castelhanos, passou a exercer a regência, renunciando ao posto em 1562. D. Henrique, seu tio-avô, foi escolhido como substituto, permanecendo no cargo até 1568. Assim, aos quatorze anos o jovem rei começou de fato a governar Portugal, mostrando-se, a partir de então, um aficionado pelo combate aos infiéis e pela defesa da cristandade (CRUZ, 2009).

Os dez anos de reinado de D. Sebastião ficaram marcados pelas tentativas de reavivar as conquistas territoriais que remontavam ao início das navegações oceânicas, numa espécie de “ressurgimento do imperialismo” derivado dos “sonhos manuelinos de cruzada no Magrebe” (THOMAZ, 2021, p. 160, 165). Desde a tomada de Ceuta pelos lusitanos, em 1415, ganhou força a ideia de formar um império cristão na África, a despeito das dificuldades político-militares para manter algumas das praças portuguesas naquele continente, intensificadas desde a época do rei D. João III. Sobre isso, Jacqueline Hermann fez a seguinte afirmação:

Adestrado nas artes da guerra, com educação religiosa severa e contemporâneo das guerras de religião que dividiram a cristandade, D. Sebastião herdou ainda tanto o projeto de um império cristão no Norte da África, como o clima de desolação e de um certo ressentimento pela perda

das praças do Magreb. Sua determinação de ir à África não pode, portanto, ser compreendida fora desse contexto... (HERMANN, 1998, p. 15)

Antes de se envolver no conflito sucessório marroquino, recrudescido a partir de 1576, o jovem rei organizara expedições ao sul de Portugal e à Berberia, chamadas de *jornadas sebásticas*, ocorridas entre 1573 e 1574. Enxergando naquela que seria a maior de suas intervenções militares na região uma possibilidade de ampliar seus domínios no Magreb, D. Sebastião decidiu apoiar Moulay Mohammed contra o seu tio, Muley Malik, este auxiliado pelos turcos. Para concretizar tal empreitada, o *Desejado* solicitou o apoio de Filipe II no encontro conhecido como “entrevista de Guadalupe” (1576), organizado a fim de reforçar a expedição militar prevista para sair de Lisboa no ano seguinte, mas que em virtudes de dificuldades logísticas partiu apenas em junho de 1578, contando mais de oitocentas embarcações e aproximadamente vinte mil homens (SERRÃO, 1962-1963; BERCÉ, 2003, p. 20).

Após realizar escalas em Lagos e Cádiz, o efetivo português comandado por seu soberano em pessoa chegou a Arzila. Em terra firme, D. Sebastião optou por um combate de planície contra seus adversários, o que não se mostrou uma decisão vantajosa. Ignorando as dificuldades logísticas, o cansaço de seus combatentes e a superioridade numérica do exército de Malik, a batalha de Alcácer Quibir, ocorrida no dia 4 de agosto de 1578, terminou de maneira trágica para os cristãos, que, derrotados, contabilizaram entre seis a oito mil mortos e cerca de oito mil prisioneiros sob poder dos muçulmanos (LOUREIRO, 1989; SOUSA, 2013, 2017).

No mundo árabe, assim como em outros lugares, a derrota lusitana entraria para a história como “a batalha dos três reis”¹³ em alusão ao fato dos principais líderes políticos envolvidos no conflito terem conhecido um destino trágico. No campo de batalha, Muley Malik acabou ferido mortalmente, enquanto Moulay Mohammed se afogou em um rio ao tentar fugir. Já D. Sebastião morreu em meio ao cerco das tropas inimigas. Assim que a notícia da morte do rei chegou a Lisboa, em 24 de agosto de 1578 (BELO, 2023, p. 47), a monarquia portuguesa passou a ser capitaneada pelo cardeal-rei D. Henrique, tio avô paterno do *Desejado* e que havia desempenhado a função de regente do reino entre 1562 e 1568 (POLÓNIA, 2005). Por causa de sua castidade, fruto da vida religiosa, o idoso prelado não deixou descendentes, abrindo caminho, após a sua morte, em 1580, para ferrenhas disputas envolvendo a sucessão

¹³ André Belo realizou uma interessante discussão a respeito da nomenclatura do conflito armado no qual D. Sebastião morreu. Segundo ele, em Portugal prevaleceu o nome Alcácer Quibir em virtude da “hesitação em aceitar a morte do rei na batalha”, acrescentando que “referir-se à batalha como sendo ‘dos Três Reis’ é, implicitamente, reconhecer a morte de D. Sebastião nela” (BELO, 2023, p. 20).

do trono lusitano (CUNHA, 2000), rivalidades protagonizadas por figuras como Filipe II de Espanha, D. Catarina, Duquesa de Bragança, Manuel Felisberto, Duque de Saboia, Catarina de Médici, esposa do rei francês Henrique II, e D. Antonio, Prior do Crato (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 40-41).

Neste contexto de tensão política e social vieram à tona diferentes relatos sobre Alcácer Quibir, que Fernando Braudel considerou a “última cruzada” (1984, p. 558-563) mediterrânea, opinião acompanhada por Jacqueline Hermann (1998, p. 95-96). Dentro e fora de Portugal, a batalha gerou uma profusão de narrativas manuscritas e impressas¹⁴ que visavam explicar a derrota dos cristãos na África (LOMBARDO, MOREIRA, 2019; VALENSI, 1994, p. 17-28; HERMANN, 2006, 1998, p. 105-121; BELO, 2023, p. 44-47). As primeiras e mais famosas teriam sido produzidas por estrangeiros, muito provavelmente a pedido de Filipe II – um dos principais interessados nas consequências geradas pela morte de D. Sebastião –, monarca que assumiria o trono português nas Cortes de Tomar, realizadas em 1581 (SCHAU, 2001, p. 21-23). Por demonstrarem apoio à causa filipina, tais relatos representaram o reinado de D. Sebastião e suas ações políticas e militares de modo depreciativo.

Por outro lado, certos relatos escritos por lusitanos destacaram a valentia dos soldados cristãos em campo de batalha (HERMANN, 2007, p. 12), abrindo espaço para que alguns deles sustentassem a ideia de que o jovem rei não havia morrido (CASTRO, 1994 [1602]). Entre o lendário “milagre de Ourique”, considerado a fundação do reino por D. Afonso Henriques (1139), passando pela União Ibérica (1580-1640) e a esperança do quinto e último império (DOMINGUES, 2002, p. 347-358), a memória de Alcácer Quibir não passou despercebida pelas gerações de portugueses que, ao longo do tempo, refletiram sobre suas vicissitudes nacionais, fenômeno histórico que Lucette Valensi chamou de “construção do tempo memorável” (1994, p. 36-39).

Com o intuito de “restituir o discurso político às suas condições sociais” (CURTO, 1988, p. 73), neste artigo partimos do pressuposto de que os relatos sobre a derrota de D. Sebastião na África foram produzidos de acordo com os interesses político-ideológicos dos autores que os escreveram e os divulgaram. Neste sentido, faz-se

¹⁴ A título de exemplo, e longe representar a totalidade das obras escritas a este respeito, listamos a seguir alguns dos mais relevantes relatos sobre a batalha de Alcácer Quibir. Em língua portuguesa, Miguel Pereira teria sido o primeiro a publicar notícias sobre a derrota portuguesa na *Chronica de El Rey D. Sebastião* (1584). A seguir, tornou-se conhecida a obra de Jeronimo de Franchi Conestaggio, *Dell'unione del regno di Portogallo ala corona di Castiglia* (1585), que após a primeira publicação, feita em Gênova, conheceu traduções em francês, inglês, latim e castelhano. Outros relatos apareceram entre o final do século XVI e ao longo do XVII, a saber: a *Crónica de el rei D. Sebastião*, de Bernardo da Cruz, o *Comentario que trata de la infelice jornada q'el Rey D. Sebastião hizo en la Berberia el año de 1578*, de Luís de Oxeda, a *Miscellanea*, de Miguel Leitão de Andrada; e os *Dialogos de varia historia*, Pedro de Mariz.

necessário esmiuçar os primeiros esforços que visaram consolidar, ainda durante a modernidade europeia, uma narrativa histórica capaz de explicar o fracasso lusitano no Marrocos no ano de 1578. Além das mais conhecidas e estudadas pelos historiadores, algumas delas referenciadas anteriormente, há ainda um conjunto de obras dedicadas ao tema que vieram a público de forma anônima e sem data definida. Segundo o levantamento realizado por Jacqueline Hermann, teriam existido ao menos seis obras deste tipo sobre a batalha de Alcácer Quibir¹⁵, as quais se somam à referida *Jornada de África*, que a partir de agora será analisada em profundidade.

A polêmica em torno da morte de D. Sebastião

Além dos questionamentos envolvendo a data de produção e a autoria da *Jornada de África*, outra temática suscitada pela leitura do documento diz respeito à veracidade das informações ali veiculadas. Autor do prólogo da publicação do manuscrito, Júlio da Conceição identificou no extenso título da obra uma prova inequívoca, segundo ele, da idoneidade do autor do relato da batalha, que teria conseguido “transmitir de imediato ao Leitor noção muito aproximada” dos acontecimentos narrados, configurando uma fonte “preciosíssima pelo rigor [...] e por nada fantasiar relativamente ao desfecho de Alcácer Quibir”. Para Conceição, a veracidade da narrativa pode ser atestada na parte em que o anônimo discorreu sobre o destino dado ao corpo de D. Sebastião após a batalha, assunto sobre o qual sua exposição dos fatos teria sido “extremamente fiel à verdade”.

O autor do prólogo sustentou que por não ter “glorificado” e, conseqüentemente, segundo seu entendimento, não ter colaborado para manter a morte do *Desejado* envolta num “profundo mistério”, a *Jornada de África* seria uma fonte digna de crédito e isenção, afirmando ainda que o escritor anônimo muito provavelmente teria sido uma testemunha ocular da batalha marroquina, possivelmente um dos “poucos tangerinos sobreviventes” (CONCEIÇÃO, 2004, p. 9, 10) do acontecimento histórico que inaugurou um período de instabilidades políticas em Portugal, as quais culminaram com a chegada ao trono de Filipe II de Espanha após a morte do cardeal-rei D. Henrique.

¹⁵ São elas: *Vray Discours de la Cruelle Bataille, donnée par le serenissime Roy de Portugal & la Roy de fees Maluc* (1578); *A Dolorous Discourse of a Most Terrible and Bloody Battel, Fought in Barbaria, the Fourth Day of August Last Past* (1578); *Memória acerca da batalha de Alcácer Quibir* (1892); *Jornada del-Rei dom Sebastião às partes da África*; *Crónica de dom Henrique*; *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e D'El-Rei D. Sebastião* (?). Com anos de produção desconhecidos, as três últimas obras tiveram versões impressas em Portugal, entre as décadas de 1970 e 1980, sob a organização de Francisco de Sales Loureiro. As referências destas obras podem ser encontradas na bibliografia ao término do artigo.

De acordo com a fonte, D. Sebastião primeiro foi atingido em um dos braços por um tiro de arcabuz, embora tenha continuado a lutar “valorosamente”. Em seguida, já sozinho e desarmado, foi ferido por um golpe de cimitarra na cabeça, quando “pouco menos que morto caiu em terra” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 33). Em seus últimos momentos de vida, teria sofrido repetidos golpes, os quais

...lhe tiraram cruelmente a vida a fim de que ninguém o tivesse vivo, ficando vivos e testemunhas oculares deste infeliz desastre alguns dos que o tinham seguido e acompanhado. Este foi o desastrado e lastimoso fim que teve o nosso infeliz monarca D. Sebastião em quem concorriam partes verdadeiramente Reais se o demasiado desejo de glória o não conduzisse desastradamente às duras mãos de seus inimigos, nas quais perdeu a vida em os seus primeiros anos. (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 33).

No trecho acima citado, infere-se que o autor anônimo descreveu a morte de D. Sebastião a fim de refutar as possíveis narrativas que aventavam a possibilidade de sobrevivência do rei, alimentando assim a expectativa de que ele pudesse voltar a Portugal após 1578. O trecho “a fim de que ninguém o tivesse vivo” sintetiza como tal fato foi colocado acima de qualquer suspeita, deslegitimando, eventualmente, as versões contrárias elaboradas pelos adeptos do movimento político-teológico conhecido como sebastianismo (AZEVEDO, 1947; PIREZ, 1982). Depreende-se também que o autor anônimo buscou se representar como uma testemunha ocular do combate, posto que a descrição dos últimos momentos de vida de D. Sebastião somente poderia ter sido feita por alguém que o acompanhou de perto no embate contra os muçulmanos – motivo pelo qual Júlio da Conceição acreditou na fidelidade do testemunho histórico.

Chama a atenção ainda as interpretações do autor anônimo sobre as decisões tomadas pelo soberano português, sugerindo que o engajamento do rei na batalha ocorreu de maneira “desastrada” e a serviço de seu “demasiado desejo de glória”, razão da derrota de seu exército e, no limite, de sua morte precoce. Ainda sobre os últimos momentos de vida do rei, citamos a seguir outra passagem emblemática da *Jornada de África*.

Era El Rey D. Sebastião merecedor por certo de mais larga vida e de uma numerosa sucessão em seu Reino, por suas muitas e reais virtudes, dignas por certo de um vastíssimo Império, mas em este último transe [...] viu roto e perdido o seu exército, mortos os seus mais privados criados e enfim perdeu a vida às mãos de uma bárbara multidão de Mouros que o despojaram de quanto tinha (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 35).

Paralelamente às críticas dirigidas pelo autor anônimo a D. Sebastião, no ex-certo supracitado o escritor desconhecido adotou a estratégia de elogiar a figura do monarca e, ao mesmo tempo, desaprovar suas atitudes e decisões. Neste caso, os

“elogios” aparentam um suposto compadecimento do anônimo diante das humilhações sofridas pelo jovem rei, representadas e reforçadas como forma de tornar a morte do *Desejado* em combate uma verdade irrefutável. Alvo de inúmeras polêmicas após 1578, o cadáver régio se tornou tema de grande parte dos relatos sobre a “batalha dos três reis”, como o conflito também ficaria conhecido. Ao abordar o destino dado ao cadáver de D. Sebastião, o autor visava conferir credibilidade à sua versão dos acontecimentos históricos, deslegitimando desta maneira a tese sebastianista de que o rei sobrevivera a Alcácer Quibir e que voltaria em breve para redimir Portugal do “domínio” espanhol (CASTRO, 1994 [1602]).

Sobre isso, Yves-Marie Bercé afirmou que a “única concordância entre as versões é que os mouros que o teriam matado não tinham e não podiam ter a mínima suspeita de sua identidade” (2003, p. 24). O relato pró-filipino escrito pelo genovês Jeronimo de Conestaggio, por exemplo, atribuiu a Sebastião Resende, valete de quarto do rei lusitano, a missão de identificar os restos mortais do soberano em meio à multidão de cadáveres encontrados nos destroços de guerra. Assim como na obra de Conestaggio, na *Jornada de África* o escritor incógnito também defendeu a versão de que o cadáver de D. Sebastião fora reconhecido por seis nobres lusitanos antes de ser enterrado na residência do alcaide de Alcazar, dois dias após a sua localização em meio às vítimas do conflito em que os portugueses saíram derrotados (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 34).

Cerca de três meses após Alcácer Quibir, no início de dezembro de 1578, por intermédio do frei Roque, comissário dos trinitários, os vencedores do conflito liberaram o corpo do rei português, transportando-o até Ceuta, onde foi sepultado na capela de São Tiago (BERCÉ, 2003, p. 26; BELO, 2023, p. 18). Assim como no célebre relato de Conestaggio, a informação de que o cadáver de D. Sebastião foi enterrado em Ceuta algum tempo depois da batalha também aparece na *Jornada de África*, na passagem em que o autor afirmou que, algum tempo depois, o líder do exército vencedor, Muley Malik, decidiu remeter “graciosamente”, por temer “a potência de El Rei Católico” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 34-35, 38-39), os restos mortais do *Desejado* diretamente a Filipe II, que então mandou transportá-los de Ceuta a Lisboa – missão cumprida pelo cortesão Belchior do Amaral, corregedor da corte que participara de Alcácer Quibir e que reconheceu o corpo do rei logo após a batalha (BELO, 2023, p. 17).

Ainda segundo André Belo, os restos mortais de D. Sebastião foram trasladados três vezes ao longo da história, a saber: do campo de batalha de Alcácer Quibir para o mosteiro dos padres trinitários em Ceuta, em 1578; de Ceuta para o Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, em 1582; e a troca de sepultura dentro do templo lisboeta, ocorrida aproximadamente um século depois (BELO, 2023, p. 18). Sobre a cerimônia fúnebre ocorrida em 1582, o historiador português fez o seguinte apontamento:

A trasladação filipina destinava-se a inculcar politicamente a morte do rei e a subordinação simbólica dos últimos reis de Avis à nova casa reinante dos Áustria, no momento em que dom Filipe I (II) preparava o seu regresso a Madri, após dois anos em Lisboa (BELO, 2023, p. 29)

Portando trajes de luto, Filipe II e a corte lusitana presenciaram o ritual funerário ocorrido no Mosteiro dos Jerônimos, onde se deu “sepultura conveniente” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 75) à linhagem de D. Manuel I, o *Venturoso*. Neste contexto, os opositores do partido espanhol aproveitaram o ensejo para afirmar que o cadáver ora sepultado era de um mercenário suíço de nome desconhecido, o qual serviu para conferir veracidade ao que consideravam uma fraude a serviço dos interesses filipinos (BERCÉ, 2003, p. 38-39). A chegada dos restos mortais de D. Sebastião a Lisboa quatro anos após o conflito que lhe tirou a vida pode ser interpretada como um evento motivado pelos anseios políticos espanhóis no contexto de consolidação da União Ibérica (1580-1640), logo após a realização das Cortes de Tomar, quando Filipe II ainda se encontrava em solo português. Ao realizar tal cerimônia fúnebre, o rei castelhano objetivava dissipar as expectativas sebastianistas quanto ao possível retorno do rei e, assim, legitimar-se como a melhor opção dinástica oferecida a Portugal após a morte do cardeal D. Henrique.

Representações de Filipe II: a pedra de toque da *Jornada de África*

Mais até do que as de D. Sebastião, as representações do rei espanhol Filipe II perpassam o conteúdo de praticamente todos os doze capítulos da *Jornada de África* e podem ser consideradas a pedra de toque da versão sobre a batalha de Alcácer Quibir, assim como de seus desdobramentos políticos na Península Ibérica. Neste sentido, uma análise aprofundada das menções ao monarca castelhano serve para avaliar a narrativa histórica que o documento como um todo buscou construir, oferecendo pistas preciosas para decifrar as intenções do autor a este respeito. Em linhas gerais, a figura do soberano espanhol aparece de forma quase sempre positiva, encarnando valores como prudência, racionalidade e defesa dos valores cristãos. Analisaremos a seguir alguns dos trechos em que o escritor incógnito pôs em destaque as ações adotadas por Filipe II. Para tanto, escolhemos três momentos-chave para a compreensão do processo que resultou na instalação e consolidação da União Ibérica (1580-1640).

O primeiro momento-chave se refere a Alcácer Quibir, a qual o anônimo se referiu em diversas oportunidades como “infeliz jornada” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 21). No que tange aos preparativos para a batalha, logo no primeiro capítulo o autor afirmou que o rei católico interveio mais de uma vez, através de “grandes diligências”, no intuito de “apartar a El Rei D. Sebastião da jornada de África, porque segundo o

juízo dos que bem entendiam das cousas de guerra, havia de ter infeliz êxito”. Sobre tudo na parte inicial do texto, o anônimo procurou reafirmar o papel de conselheiro e apaziguador adotado por Filipe II durante a preparação das tropas que seriam enviadas ao Marrocos. As insistentes representações do monarca castelhano visavam construir a ideia de que ele tentou impedir o sobrinho de participar de “tão perigosa jornada”, tendo inclusive destacado Francisco de Aldana para demovê-lo desta ideia. Com “grande experiência”, o capitão a serviço de Filipe II teria informado D. Sebastião sobre as dificuldades estratégicas de realizar uma intervenção “com tão pequeno exército”, ressalva logo descartada pelo *Desejado*: “Partiu Aldana para Castela, tendo feito em vão com El Rei tantas diligências para que não passasse pessoalmente a África” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 13-15).

O rei espanhol ainda teria tentado conter o *Desejado* uma última vez, em Cádiz, através de D. Afonso Peres de Gusmão, duque de Medina Sidónia, também sem sucesso. Segundo o autor, o *Desejado* insistia em se tornar “senhor da África” a despeito de todos os pareceres em contrário – levando consigo grande parte da nobreza que seria morta ou aprisionada –, sendo visível que seus soldados embarcaram rumo à fatídica jornada com “tristeza e pouco gosto”, antevendo o “mau sucesso” da empreitada. O anônimo atribuiu ao povo lusitano um desânimo observado antes mesmo do início da guerra: “com isto todo o Reino choroso [...] fingindo esperança de feliz vitória, tão ao revés tudo do que em semelhantes jornadas costuma acontecer”. Quando a expedição desembarcou em solo africano, a controversa decisão de avançar pelo interior do território foi atribuída ao “ousado ânimo” de um D. Sebastião que “amava os perigos”, e, por isso, teria adotado uma conduta “belicossíssima” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 15, 16, 20).

O segundo momento-chave para a compreensão do complexo processo político que resultou na União Ibérica (1580-1640) se refere à integração de Portugal aos domínios hispânicos. Sobre as negociações envolvendo a inclusão do reino lusitano na monarquia católica, fato consumado nas Cortes de Tomar, em 1581, alguns trechos da *Jornada de África* são particularmente interessantes. A narrativa sobre este tema começou com o anônimo afirmando que Filipe II enviou D. Cristóvão de Moura ao reino vizinho com o objetivo de investigar as “vontades dos portugueses no tocante a sucessão” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 38-39). A estratégia filipina consistia em pressionar D. Henrique para que ele reconhecesse os direitos sucessórios do rei castelhano, deixando o caminho aberto para que o trono fosse herdado pelo tio de D. Sebastião após a morte do cardeal.

Com o intuito de resolver “o principal negócio que na Europa se tratava” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 42), D. Henrique convocara as Cortes de Almeirim, em fins de 1579, incumbidas de dirimir tal questão. Todavia, antes do fim dos trabalhos o já idoso prelado faleceu, dando início a disputas para saber quem ocuparia o trono

daí em diante. Demonstrando sua preferência por Filipe II, no quinto capítulo¹⁶ da *Jornada de África* o autor afirmou que o cardeal optara pelo partido castelhano, mas que morreu antes de conseguir anunciar sua decisão aos portugueses. Contudo, tal afirmação do anônimo não se encontra respaldada por documentos históricos, não havendo comprovação ou mesmo evidências de que D. Henrique tenha escolhido Felipe II como seu sucessor.

A tentativa de construir uma imagem positiva do rei castelhano pode ser notada quando o autor afirmou que o partido espanhol aos poucos “granjeava as vontades” e que “a vizinhança, o poder e a grande prudência” foram empregadas por Filipe II a fim de cooptar a nobreza portuguesa para os domínios do império em que o sol nunca se punha. Ao procurar o apoio das elites lusitanas “por meios tão suaves” e “sem armas”, oferecendo “muitas mercês”, além de “ricas encomendas, prebendas e outros ofícios de Castela”, Filipe II julgava que seu direito sucessório era tão evidente que não seria necessário “pô-lo em nova disputa”, não admitindo “nenhum gênero de dúvida”.

Além das táticas pacíficas, em outras passagens o escritor anônimo afirmou que o rei espanhol também se “preveniui” caso “houvesse de defender [...] seu direito com as armas” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 40, 41, 43, 44, 49), contribuindo “para que o medo das armas e a esperança de mercês se apoderassem do ânimo dos portugueses” (BOUZA ÁLVAREZ, 2000, p. 60). Outra via de atuação política pró Espanha previa o manejo da esfera jurídica para a resolução do “prolixo negócio” que havia se tornado a sucessão de D. Henrique. Mas ao contrário das expectativas alimentadas pelos espanhóis, o desenrolar dos acontecimentos mostrou que alguns setores da sociedade portuguesa mantiveram uma forte oposição à adoção de um monarca estrangeiro, motivo pelo qual Filipe II decidiu se envolver pessoalmente no processo de anexação do reino vizinho.

Combinando ações propagandísticas e diplomáticas com ameaças de invasão a Portugal, o rei *prudente* se cercou de todos os meios disponíveis para defender seus interesses políticos após a morte de D. Sebastião, em 1578, na batalha de Alcácer Quibir, e de D. Henrique, em 1580. Durante o processo de integração do reino lusitano à monarquia hispânica, Filipe II se estabeleceu com parte de sua corte em Badajoz, cidade espanhola próxima à fronteira com Portugal, onde foi acometido por uma “prodigiosa enfermidade”, curando-se pouco tempo antes de entrar em Lisboa, lugar em que fixou residência temporária como uma de suas estratégias para garantir “maior equilíbrio na fase de formação da União das Coroas” (MEGIANI, 2004, p. 97).

¹⁶ Título: “Prosseguem as cousas de Portugal. Dá-se princípio às Cortes de Almeirim. Deseja El Rei D. Henrique nomear sucessor a El Rei Católico e morre antes de fazê-lo” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 46).

Sofrendo da mesma doença, a rainha Ana, sua esposa, não resistiu e acabou morrendo. Segundo o autor anônimo, “com este tão desastrado caso parece que temperava Deus este contentamento que El Rei e todos estes Reinos podiam ter do bom sucesso de Portugal” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 59). A salvação da morte pelos desígnios divinos seria o prelúdio do resultado favorável aos seus interesses nas Cortes de Tomar, realizadas logo a seguir. Sobre a entrada triunfal de Filipe II em Lisboa, a 29 de junho de 1581, o escritor incógnito assim resumiu o ambiente na capital:

Foi grande o alvoroço e contentamento do Povo e dos que com boa intenção, que eram os mais, consideravam o bom estado que principiava a ter o Reino debaixo do prudentíssimo governo de um Rei tão Católico e piedoso, qual era Filipe (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 61).

O terceiro momento-chave para a compreensão do processo que resultou na União Ibérica (1580-1640) se refere à vitória de Filipe II sobre D. Antonio, o “efêmero” rei de Portugal e inimigo político do *Prudente* (CASTRO, 1942; VELLOSO, 1953; SERRÃO, 1956; DOMINGUES, 1965; HERMANN, 2010). Fortemente ligado a D. Sebastião, o filho bastardo do infante D. Luís caíra prisioneiro dos muçulmanos em Alcácer Quibir. De volta a Portugal, após ser resgatado, o Prior do Crato começou a reivindicar a linha sucessória do reino sem lograr êxito. Segundo o relato anônimo pró filipino isso teria ocorrido através de subornos que visavam comprar uma legitimidade inexistente.

Em 1579, uma sentença régia de D. Henrique declarou D. Antonio “estranho dos reinos de Portugal”, forçando-o ao exílio em virtude de sua “rebelião” e “perturbação” da “paz comum”. Pouco tempo depois da morte do prelado, em 31 de janeiro de 1580, o neto de D. Manuel I se fez aclamar rei em Santarém, quando, segundo o autor anônimo, teria tropeçado e demonstrando dificuldades para subir no cavalo que lhe aguardava. Nota-se aqui o esforço do escritor desconhecido para desautorizar e ridicularizar o Prior do Crato e seus apoiadores, tanto que no título do sexto capítulo da *Jornada de África* o autor frisou que em Santarém apenas “alguns” portugueses aclamaram D. Antonio como novo rei. Em outra passagem do texto, sua aclamação foi tratada como “inquietações e alvoroços” que causavam muita “perturbação e revolta” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 44, 45, 49, 50).

Em sua ofensiva para conquistar definitivamente o trono, D. Antonio se dirigiu a Lisboa a frente de uma “gente bisonha”, conseguindo adentrá-la para “grande espanto” daqueles “que com são juízo ponderavam o caso” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 53, 58). Presentes em diversas partes da *Jornada de África*, as representações pejorativas do Prior do Crato convergem com o discurso oficial espanhol durante a vigência da monarquia dual, o qual procurou fazer do eventual apoio popular desfrutado pelo “efêmero” monarca um atributo para desqualificá-lo no espaço público. Segundo

Diogo Ramada Curto, a retórica filipina representava os seus inimigos antonistas da seguinte maneira:

[...] baixos ou populares, incluindo a referência à juventude, às mulheres e a elementos de outras raças, e supunham comportamentos apaixonados, fantásticos e irracionais. [...] Frente ao inimigo, considerado baixo, o discurso oficial opunha uma imagem construída com base em elementos considerados altos. Assim, ao comportamento irracional do inimigo contrapunha-se a disciplina militar das forças legítimas, defensoras de Filipe II e do vice-rei. Aos elementos baixos e populares, que serviam para folclorizar a imagem de D. António, o discurso oficial respondia com a lealdade dos fidalgos para com o vice-rei (CURTO, 2011, p. 126).

A representação de D. Antonio como um inimigo vil porque apoiado pelas classes sociais inferiores deve ser entendida como uma estratégia ideológica a serviço do partido espanhol, operando em paralelo com a estratégia militar através da qual Filipe II buscou demonstrar seu poderio bélico a fim de pressionar Portugal a se integrar à monarquia hispânica (VALLADARES, 2010). Pendendo novamente para os interesses castelhanos, o anônimo deixou implícito o seu apoio ao uso da força pelo *Prudente* quando afirmou que o “Rei Católico sentia notavelmente que os Portugueses a quem amava” aguardavam “o último rigor da guerra”. O autor disse ainda que o exército de Sancho de Ávila “ia pondo em obediência e livrando da tirania de D. Antonio toda aquela terra”, evidenciando mais uma vez sua preferência por um dos lados da disputa.

Derrotado pelo Duque de Alba na batalha de Alcântara, ocorrida cerca de um mês após a sua “aclamação” em Santarém, o Prior do Crato ainda tentou se refugiar no norte de Portugal, tendo as autoridades espanholas em seu encalço, as quais estipularam um “prêmio de oitenta mil ducados” para quem o delatasse (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 55, 58, 59). De lá, o filho bastardo do infante D. Luís teria atravessado a Espanha disfarçado de “mendigo e pedindo esmola” antes de chegar à França e, a seguir, à Inglaterra, em busca de apoio político-militar. Durante seu exílio, teria encontrado “bom acolhimento e grande comiseração de sua desgraça” por parte dos inimigos de Filipe II. Ao se dirigir aos Açores, local em que D. Antonio conseguiu estabelecer um forte núcleo de resistência, a guerra pelo trono lusitano ganharia novos capítulos.

Na primeira tentativa de desembarque das tropas espanholas ali realizada, em 1581, conhecida como batalha da Salga, os antonistas saíram vencedores. É interessante notar que o anônimo não fez menção a este evento em seu relato muito provavelmente para não explicitar a derrota dos castelhanos, lado do conflito ao qual o autor demonstrava apoio. Somente na segunda tentativa, em 1583, é que os castelhanos conseguiram dominar o arquipélago em definitivo. De acordo com o escritor desconhecido, a derrota antonista nos Açores teria ocorrido em razão do “valor dos espanhóis”, que seriam dignos de “mui grandes louvores e honrados pré-

mios por terem alcançado uma tão grande vitória”, além de terem tratado os soldados perdedores “com grande amor e cortesia, como é próprio da nação espanhola” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 61, 63, 73, 84).

Curiosamente, a *Jornada de África* se encerra com uma síntese biográfica de D. Antonio, abrangendo desde o seu nascimento, em Lisboa, até a sua morte, na França. Tal fato robustece a suspeita de que a obra teria sido escrita durante o reinado de Filipe III (1598-1621), ao menos após 1595, ano de falecimento do Prior do Crato. A minibiografia explícita também a ausência de informações relativas ao período 1583-1595, revelando um hiato de pouco mais de uma década, período sobre o qual o anônimo ignorou fatos relevantes no que tange à guerra entre Filipe II e D. Antonio. Entre outros acontecimentos, a obra não mencionou a expedição da armada inglesa, em 1589, comandada por Francis Drake, que visava conquistar Lisboa. Nesta ocasião, o “efêmero” rei desembarcou em Peniche, sendo derrotado logo a seguir. Por premeditação ou esquecimento, o anônimo acabou obliterando um período crucial para a consolidação da União Ibérica (1580-1640). Epílogo de consecutivos fracassos e adversidades, após este evento o filho do infante D. Luís viu suas chances de conquistar o trono lusitano drasticamente reduzidas.

Autor do prólogo da edição contemporânea do manuscrito, Júlio da Conceição sustentou que o apoio do narrador aos Filipes explicaria os “erros históricos” observados na última parte da obra, sobretudo a afirmação de que D. Antonio encerrou suas atividades políticas em 1582. Menos que um equívoco, entendemos que esta lacuna pode reforçar a suspeita de ter sido o autor incógnito alguém vinculado aos interesses castelhanos. Nesta hipótese, a tentativa de induzir os leitores a acreditarem que o principal oponente de Filipe II se afastou de toda e qualquer atividade política depois da derrota militar nos Açores opera como mais um indício de que o texto em questão buscava legitimar politicamente a União Ibérica (1580-1640). Em nossa opinião, portanto, o suposto erro histórico apontado por Conceição indica, no fundo, uma “ausência calculada” da figura de D. Antonio ao fim da *Jornada de África*, isto é, o ápice de uma narrativa que a todo momento desacreditou sua imagem pública. Possivelmente premeditada, esta “desinformação” visava ampliar os significados da derrota sofrida pelo filho ilegítimo de D. Luís, o qual postulou o trono “fiado em o favor do Povo e no pouco amor que os Portugueses tinham a seus vizinhos os Castelhanos” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 40).

Considerações finais

Em virtude de suas profundas consequências para Portugal, a batalha de Alcácer Quibir ganhou inúmeras interpretações ao longo do tempo, as quais mobilizaram distintos argumentos para se legitimarem publicamente. Em comum, tais narrativas apresentam vínculos estreitos com os posicionamentos políticos adotados por seus autores após 1578 e, sobretudo, 1580, quando a crise sucessória portuguesa se agravou. Segundo Jacqueline Hermann (2007, p. 25), este conjunto de histórias esteve muito distante de uma “busca desinteressada” pela “verdade” dos fatos, servindo mais para revelar os compromissos inerentes ao “lugar ocupado por cada um dos produtores dessas versões” na “guerra de discursos” observada em fins dos quinhentos.

Para além da inócua procura pela verdade dos fatos, a análise destes relatos deve levar em consideração que eles foram escritos *a posteriori*, ou seja, buscavam atingir e legitimar um determinado *telos*, seja ele qual for. Lucette Valensi conseguiu resumir muito bem tal aspecto quando afirmou que as diferentes memórias (que também podem ser consideradas “metamemórias”, conceito de Joel Candau mencionado no início deste artigo) de Alcácer Quibir “começam pelo fim”, pois foram elaboradas após o desfecho da batalha marroquina. Ainda segundo a historiadora francesa, os autores dos relatos sobre a derrota lusitana selecionaram na “abundância de fatos [...] aqueles que, inelutavelmente, conduzem ao desenlace” (VALENSI, 1994, p. 36-37).

Tendo em vista o percurso argumentativo construído pelo escritor incógnito ao longo de sua obra, entendemos, em primeiro lugar, que as possibilidades de análise do documento em questão estão longe de serem esgotadas. Muito ao contrário, visto que o debate envolvendo os relatos anônimos sobre a batalha de Alcácer Quibir pode e deve cada vez mais incorporar novas abordagens e indagações oriundas das mais diferentes áreas das ciências humanas. No caso da *Jornada de África*, é possível afirmar que, independentemente da identidade de seu autor, o anônimo claramente apoiou Felipe II como candidato ao trono português após a morte de D. Henrique, em 1580. Através deste “fim”, nos termos de Jacqueline Hermann e Lucette Valensi, construiu-se uma narrativa desfavorável a D. Sebastião e D. Antonio, ambos representados de forma negativa em contraposição aos Filipes espanhóis. Comparativamente aos outros candidatos ao trono lusitano, para o autor anônimo o rei católico apresentaria um “claro Direito” diante da “falta dos mais pretendentes” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 41).

Escrevendo sobre Alcácer Quibir mas, no fundo, centrando sua atenção no período posterior à batalha, em particular no tema da sucessão a D. Henrique, o anônimo buscou deslegitimar as forças políticas contrárias à integração de Portugal na União Ibérica (1580-1640). Nesta perspectiva, nota-se o esforço do escritor desconhecido em combater os principais setores de oposição ao governo dos Filipes, cha-

mados por Jean-Frédéric Schaub, conforme citado anteriormente, de grupos sociais “portadores de fermentos da discórdia” (2001, p. 55). Assim, a *Jornada de África* problematizou as ações tomadas por D. Sebastião, desde os preparativos para a guerra até a sua morte em campo de batalha. E ao fazê-lo, consequentemente, buscou minar a crença messiânica de que o “jovem rei encantado” (MEGIANI, 2003) não havia morrido no Marrocos, em 1578, e que voltaria em breve para redimir Portugal e os cristãos.

Ato contínuo, o escritor anônimo foi particularmente ferino ao representar o pretendente D. Antonio, ridicularizando-o sempre que possível, bem como a seus simpatizantes. Isso adquire um significado social ainda maior se lembrarmos que os antigos apoiadores do Prior do Crato, a maior parte deles vivendo no exílio, ainda se encontravam ativos politicamente quando a *Jornada de África* estava sendo escrita – a exemplo do letrado português D. João de Castro, militante antonista que veio a se tornar um dos maiores teóricos do sebastianismo (RODRIGUES, 2020).

Por fim, nota-se que as interpretações políticas do anônimo assumiram contornos mais definidos no transcorrer da *Jornada de África*. Sob a identidade de um homem africano que teria testemunhado os eventos históricos reportados, em especial a batalha de Alcácer Quibir, a narrativa pró filipina buscou se legitimar através do suposto “distanciamento” e “imparcialidade” representados por um autor que *a priori* não teria interesses diretos na realidade política ibérica, em particular na lusitana. Mas ao contrário do que se afirma no título do manuscrito publicado no século XXI, não seria surpresa se, futuramente, como resultado de novas pesquisas documentais, a autoria do documento fosse imputada a algum letrado português ou espanhol defensor dos interesses castelhanos e da soberania dos Filipes na Península Ibérica.

A partir dos indícios acima reunidos e analisados, pode-se concluir que, mantido o segredo de uma autoria que dificilmente será revelada, o narrador dos eventos muito claramente aderiu ao partido espanhol, transformando a sua preferência política no eixo a partir do qual explicou o contexto histórico que se estende da batalha de Alcácer Quibir, em 1578, até a morte do pretendente D. Antônio, em 1595. À guisa de conclusão, vale salientar que ao discorrer sobre o combate entre as armadas espanhola e francesa pelo controle da ilha São Miguel, em 1582, o escritor anônimo afirmou que batalha naval de Vila Franca ocorrera no “dia do Glorioso Patrão da Espanha” (ANÔNIMO, 2004 [?], p. 70), *Santiago el Mayor*, simbolismo que, segundo ele, prenunciava o sucesso de Filipe II sobre os seus inimigos.

Fonte

ANÔNIMO. *Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano. Monumento Verdídico das Cousas que passaram em África quando El Rey Dom Sebastião de Portugal a ela veio. Escrito por um homem Africano desejoso de se não perder a fama dos acontecimentos que nesta batalha se obraram pelos nobres Capitães, Fidalgos e Almocadés. Cópia fiel de um antigo Manuscrito aparecido no Algarve na Biblioteca de Damião António de Lemos Faria e Castro, natural de Vila Nova de Portimão.* Lisboa: Livro Aberto: 2004.

Bibliografia

- ANÔNIMO. *Jornada del-Rei Dom Sebastião à África; Crónica de Dom Henrique.* Prefácio de Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978.
- ANÔNIMO. *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião.* Introdução e notas de Francisco de Sales Loureiro. Oeiras: Europress, 1987.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *A evolução do sebastianismo.* Lisboa: Livraria Clássica, 1947.
- BELO, André. *Morte e ficção do rei Dom Sebastião.* São Paulo: Tinta-da-China, 2023.
- BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei Oculto: Salvadores e Impostores. Mitos políticos populares na Europa Moderna.* Bauru-SP: Edusc, 2003.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II.* Madrid: Akal, 1998.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Documentos antigos e imprensas novas na pretensão ao trono português. Sobre a propaganda escrita de D. Filipe I. In: Idem. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668).* Lisboa: Cosmos, 2000.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito. Una historia cultural del siglo de oro.* Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2001.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII).* Madrid: Akal, 2018.
- BRAUDEL, Fernando. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.* Lisboa: Dom Quixote, 1984.
- BUESCU, Ana Isabel. Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna. Uma sondagem. In: Idem. *Memória e poder. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII).* Lisboa: Cosmos, 2000.
- CANDAU, Joel. *Memoria e identidade.* São Paulo: Contexto, 2019.
- CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal.* Valladolid: Universidad de Valladolid, 2014.
- CASTRO, P. José de. *O prior do Crato.* Lisboa: União Gráfica, 1942.
- CASTRO, Dom João de. *Discurso da vida do Rey Dom Sebastiam.* Reprodução fac-similada da edição de Paris. Lisboa [Paris]: Edições Inapa, 1994 [1602].
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares.* Lisboa: Estampa, 2000.
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650).* Lisboa: CEHCP, 1988.

- CURTO, Diogo Ramada. Onde está o inimigo? In: Idem. *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.
- DIAS, João José Alves (coord.); SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de (dir.). *Nova História de Portugal. Do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Presença, 1998.
- DOMINGUES, Joaquim. *De Ourique ao Quinto Império. Para uma filosofia da cultura portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- DOMINGUES, Mário. *O Prior do Crato Contra Felipe II*. Lisboa: Romano Torres, 1965.
- GINZBURG, Carlo. "Representação. A palavra, a ideia, a coisa". In: Idem. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85-103.
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do Sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HERMANN, Jacqueline. El Ksar El-Kebir. Narrativas e história sebástica na batalha dos três reis. Marrocos, 1578. *História. Questões e Debates*, Curitiba, n. 45, p. 11-28, 2006. ISSN: 0100-6932. Acesso em: 10 jun. 2023. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/7943/5592>>. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v45io.7943>
- HERMANN, Jacqueline. Um rei indesejado. Notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 141-166, 2010. ISSN: 0102-0188. Acesso em: 10 out. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/phrh3CBspqNd4ZnJBqHBwhr/?lang=pt&format=pdf>>. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000100008>
- HERMANN, Jacqueline. Sementes do Messias: percursos do messianismo régio ibérico (sécs. XIV-XVI). *Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages*, s./l., n. 2, p. 222-241, 2015. ISSN: 1676-5818. Acesso em: 10 jun. 2023. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/304037>>.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: Unicamp, 2013.
- LIMA, Luis Felipe Silvério. *O Império dos Sonhos: Narrativas Proféticas, Sebastianismo e Messianismo Brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010.
- LOMBARDO, Elena; MOREIRA, Filipe Aves. Edição de crônicas e relatos sobre D. Sebastião: balanço e perspectivas. *Acta Iassyensia Comparationis*. Iasi-Romênia, v. 47, p. 47-60, 2019. ISSN: 1584-6628. Acesso em: 10 jun. 2023. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/138087/2/517695.pdf>>.
- LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas. *D. Sebastião e Alcácer Quibir*. Lisboa: Alfa, 1989.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado: expectativas do messianismo régio em Portugal, séculos XIII a XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.
- POLÓNIA, Amélia. *D. Henrique*. Mem Martins, Círculo de Leitores, 2005.
- PIRES, Antonio Machado. *D. Sebastião e o Encoberto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- RODRIGUES, Bruno Romano. Emissário de um rei desconhecido: sentidos do exílio no sebastianismo concebido por D. João de Castro (1604-1605). *História das Ideias*. Coimbra, v. 38, p. 33-53, 2020. ISSN: 0870-0958. Acesso em: 10 jun. 2023. Disponível em <https://impactum-journals.uc.pt/rhi/article/view/2183-8925_38_2/6394>. Doi: https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_2

- SOUSA, Luis Filipe Guerreiro da Costa e. *Escrita e prática de guerra em Portugal, 1573-1612*. Tese de Doutoramento, História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013. Acesso em: 10 jun. 2023. Disponível em <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8904>>
- SOUSA, Luis Filipe Guerreiro da Costa e. Revisitar a Batalha de Alcácer Quibir. *E-Stratégica*, Cáceres, Espanha–Coimbra, Portugal, 1, p. 111-159, 2017. ISSN: 2530-995. Acesso em: 10 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-1/revi-sitar-a-batalha-de-alcacer-quibir.pdf>>.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O reinado de D. António, Prior do Crato (1580-1582)*. Coimbra: Coimbra, 1956.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*. 2 volumes. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1962-1963.
- THOMAZ, Luís Filipe. *A expansão portuguesa. Um prisma de muitas faces*. Lisboa: Gradiva, 2021.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória. A Batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- VALLADARES, Rafael. *A conquista de Lisboa (1578-1583). Como Filipe II tomou Portugal pela força*. Lisboa: Texto Editores, 2010.
- VELLOSO, José Maria de Queiroz. *D. Sebastião 1554-1578*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- VELLOSO, José Maria de Queiroz. *O Reinado do Cardeal D. Henrique: a perda da independência*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- VELLOSO, José Maria de Queiroz. *O interregno dos governadores e o breve reinado de D. António*. Lisboa: Sociedade Industrial Tipográfica João Pinto, 1953.
- XAVIER, Ângela; PALOMO, Federido, STUMPF, Roberta. *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos políticos-administrativos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

Recebido: 26/10/2023 – Aprovado: 29/05/2024

Editores Responsáveis

Miguel Palmeira & Stela Maris Scatena Franco